

# Apresentação

## Economia política das catástrofes naturais

Donna Houston<sup>1</sup>

**A**pós a calamidade do furacão Katrina, o geógrafo Neil Smith recordou-nos que “não existe catástrofe natural” (SMITH, 2006). Esta ideia é geralmente aceita por geógrafos críticos e cientistas sociais, que têm ao longo de trinta anos explorado geografias desiguais produzidas pela interação entre processos geofísicos, políticos e econômicos, através de diferentes lugares e escalas (SMITH, 1984). No entanto, não é uma ideia com ampla adesão na política dominante e nos meios de comunicação. É muito mais fácil (e sensacional) atribuir culpa aos atos violentos da natureza do que ponderar sobre como as políticas econômicas neoliberais moldaram o desastre em primeiro lugar. Tal perspectiva significa, ainda, que assimetrias fundamentais das catástrofes naturais são igualmente minimizadas ou ignoradas em três aspectos críticos:

### **1 INJUSTIÇAS HISTÓRICAS E LOCALIZADAS**

Na esteira do Katrina, Smith (2006) escreveu:

Em cada fase e aspecto de um desastre – causas, vulnerabilidade, vigilância, resultados, resposta e reconstrução – os contornos do desastre e a diferença entre quem vive e quem morre é em maior ou menor grau um cálculo social.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade do Sul da Califórnia, Los Angeles. Diretora do Programa de Planejamento e professora do Departamento de Meio-Ambiente e Geografia, Universidade de Macquarie, Austrália. Membro do Instituto de Geógrafos Australianos e da Associação de Geógrafos Americanos.

Este cálculo social é sustentado por histórias de desigualdade, racismo e injustiça e atolado em narrativas lineares de causa e efeito.

As pessoas mais vulneráveis a desastres são amiúde as mais desfavorecidas política e economicamente: pessoas que vivem em áreas baixas ou perto de indústrias poluentes porque a habitação lá é mais acessível, pessoas que vivem em comunidades onde o acesso aos “direitos à cidade” (emprego, saúde, parques, transporte, recursos) é insuficiente e inadequado. A injustiça localizada no tocante às catástrofes nem sempre é um problema urbano.

A colonização das terras indígenas e o deslocamento dos povos nativos para o desenvolvimento de recursos intensivos de carbono, tais como minas, barragens e usinas hidrelétricas, ameaçam a biosfera, a biodiversidade e os modos alternativos de viver neste planeta (SANTOS COSTA; MENDONÇA ANDERSEN, neste número; GARCIA CARMONA, neste número). No entanto, os impactos sociais, políticos e ambientais incorporados na construção de barragens e estruturas hidrelétricas na África e nas Américas raramente ganham a atenção e a análise das agências de notícias globais (KAM KAH, neste número).

Não tem havido suficiente atenção crítica para o fato de que, em muitos lugares ao redor do mundo, os projetos de “descolonização” estão intimamente ligados aos projetos de “descarbonização” – nos quais as lógicas capitalistas de crescimento e progresso “a todo o custo” são contestadas pela política e ética da “sustentabilidade justa” (AGYEMAN, 2008; BOND, neste número).

## **2 “CAPITALISMO CATASTRÓFICO” E SUAS ALTERNATIVAS**

Entender a economia política das catástrofes naturais significa, como Klein (2005) argumenta, que é preciso ir além de ver apenas os “choques” do desastre e considerá-los como parte de uma crise social e ambiental em curso (GÓMEZ FRANCISCO, nesta edição). A noção de “capitalismo catastrófico” formulada por Klein – um sistema predatório que “usa o desespero e o medo criado pela catástrofe para envolver-se em uma radical engenharia social e econômica” – requer mais estudo das maneiras pelas quais os desastres geram novos mercados, “superlucros” e estados

de emergência que perpetuam as injustiças sociais e ambientais (KLEIN, 2005; COSTA, neste número).

Em contraste com as respostas tecnocráticas e repressivas do Estado, Solnit (2009) observa em seu livro *Um paraíso construído no inferno*: comunidades extraordinárias que surgiram de desastres, que respostas populares às catástrofes são, frequentemente, caracterizadas por um vigoroso florescimento de generosidade e colaboração. Organizações não lucrativas e movimentos sociais pela “justiça climática” têm um papel crítico em desafiar a inação política e o reducionismo, e em reformular as imaginações materiais e políticas da crise ambiental no passado, no presente e no futuro, mediante trabalho coletivo e formas alternativas de produção econômica e de construção de lugares (BOND, neste número; ESPÍRITO SANTO, neste número; HOUTART, neste número).

### **3 MUDANÇA CLIMÁTICA ASSIMÉTRICA**

Recentemente, o qualificado químico vencedor do Prêmio Nobel, Paul Crutzen, afirmou que entramos em uma nova era geológica do Antropoceno, período em que os seres humanos se tornaram uma força geofísica capaz de alterar as condições de vida no planeta (CRUTZEN, 2000). O Antropoceno é uma ideia que cada vez mais molda a política ambiental global e tem intensificado os debates sobre o que constitui a natureza (em um mundo transformado e em mudança) e a capacidade dos seres humanos para intervir e moldar as forças geofísicas.

Portanto, é fundamental reconhecer que as economias políticas de desastre natural, fundamentalmente, se preocupam com forças e processos que não são simétricos (CLARK, 2010). Dizer que não há nada “natural” sobre as catástrofes naturais não é reduzir a complexidade da vida biológica ou o poder das forças materiais (terremotos, incêndios, inundações e tempestades) à política, ao discurso ou ao controle humano (CLARK, 2010).

Além disso, sobre as temporalidades conflitantes das crises ambientais, Wainwright e Mann (2013, p. 3) ressaltam: “Verifiquem dois ritmos que não estão sincronizados”. Desastres naturais – tais como inundações ou supertempestades – são visíveis e dramáticos (particularmente quando acontecem em lugares onde se situam os

centros de mídia global). Ainda como Wainwright e Mann (2013, p. 3) notam, o que é mais difícil de ver e ouvir são a inexorável “subida dos mares e o tedioso aumento de preço dos alimentos”.

Se nossa recente “década de catástrofes” nos ensina alguma coisa é que a vida neste planeta é precária. Mas a sobrevivência a torna ainda mais precária em virtude das injustiças sistemáticas, dos confinamentos (ou enclausuramentos ou fechamentos) e das políticas neoliberais predatórias que dominam as paisagens do desastre global. O enfoque na economia política das catástrofes revela como os processos ecológicos e geológicos estão enredados com formações sociais e econômicas que produzem inação política, agravam as desigualdades e ameaçam o futuro.

Todavia, conforme Davis (2010, p. 45) escreve eloquentemente em seu ensaio *Quem irá construir a arca?*, a crítica política e econômica incisiva também deve ser acompanhada por uma

vontade de pensar além do horizonte do capitalismo neoliberal, em direção a uma revolução global que integre o trabalho das classes assalariadas informais, bem como dos pobres rurais, na reprodução sustentável de seus ambientes construídos e meios de subsistência.

Os colaboradores desta edição especial fazem relevantes intervenções críticas das interações entre catástrofe, crise, governança e ativismo. Quer seja da Bélgica, do Brasil, dos Camarões, do Chile, da África do Sul, quer seja da Conferência Rio+20, os artigos rastreiam problemas atuais, assim como as perspectivas futuras, e enfatizam a importância do trabalho político coletivo, da crítica ao desenvolvimento econômico neoliberal e do poder das alternativas para moldar as lutas cotidianas e em curso na direção de futuros ambientes planetários.

## REFERÊNCIAS

- AGYEMAN, J. Toward a 'just' sustainability?. Continuum: **A Journal of Media and Cultural Studies**, v. 22, n. 6, p. 751-756, 2008.
- CLARK, N. **Inhuman nature**: sociable life on a dynamic planet. New York: Sage Publications, 2010.
- CRUTZEN, P. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, p. 23, Jan. 2002.
- DAVIS, M. Who will build the ark?. **New Left Review**, v. 61, 29-46, Jan./Feb. 2010.
- KLEIN, N. (2005) The rise of disaster capitalism. **The Nation**, May 2005. Available from: <<http://www.thenation.com/article/rise-disaster-capitalism#axzz2Zjuc07Rn>>. Accessed: 21 Jul. 2013.
- SOLNIT, R. **A paradise built in hell**: the extraordinary communities that arise in disaster. New York: Viking, 2009.
- SMITH, N. **There is no such thing as a natural disaster**. Understanding Katrina: Perspectives from the Social Sciences. [S.l.: s.n.], 2006. Available from: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Smith/>>.
- \_\_\_\_\_. **Uneven development**: nature, capital and the production of space. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Basil Blackwell, 1990.
- WAINWRIGHT, J.; MANN, G. Climate Leviathan, Antipode: a radical. **Journal of Geography**, v. 45, n. 1, p. 1-22, 2012.